- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "**Espaço livre**" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

O século XIX constituiu-se em marco fundamental para o desenvolvimento das instituições de segurança pública, com as polícias buscando maior legitimidade e profissionalização. Como referência ocidental, a Polícia Metropolitana da Inglaterra, fundada em 1829, mudou paradigmas, dando preponderância ao papel preventivo de suas ações e foco à proteção da comunidade.

O consenso, em detrimento do poder de coerção, e a prevenção, em detrimento da repressão, reforçaram a proximidade da polícia com a sociedade, com atenção integral ao cidadão. O modelo inglês retirou as polícias do isolamento, apresentando-as à comunidade como importante parceira da segurança pública e elemento fundamental para a redução da violência. Com isso, surgiu o conceito de uma organização policial moderna, estatal e pública, em oposição ao controle e à subordinação política da polícia.

No Brasil, as primeiras iniciativas de implantação da polícia comunitária ocorreram com a Constituição Federal de 1988 e a necessidade de uma nova concepção para as atividades policiais. Foram adotadas estratégias de fortalecimento das relações das forças policiais com a comunidade, com destaque para a conscientização sobre a importância do trabalho policial e sobre o valor da participação do cidadão para a construção de um sistema que busca a melhoria da qualidade de vida de todos.

Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Diretriz Nacional de Polícia Comunitária**. Brasília – DF, 2019. p. 11-12 (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue os itens que se seguem.

1 E Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido do primeiro período do primeiro parágrafo, poderia ser inserida uma vírgula logo após o trecho "O século XIX", por tratar-se de termo de natureza adverbial que delimita o recorte temporal dos eventos narrados no parágrafo.

2 C O texto, que se classifica como dissertativo-expositivo quanto à tipologia, informa o leitor acerca de aspectos históricos ligados ao surgimento da polícia comunitária.

3 C Embora o primeiro período do segundo parágrafo se refira especificamente ao que ocorreu na Inglaterra, é possível inferir-se do texto que o consenso e a prevenção caracterizam a atuação da polícia comunitária em geral.

4 E Mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto, o primeiro período do terceiro parágrafo poderia ser reescrito da seguinte maneira: No Brasil, as primeiras iniciativas de implantação da polícia comunitária ocorreu com a Constituição Federal de 1988, em que se enxergou a necessidade de uma nova concepção para as atividades policiais.

5 C Sem prejuízo da correção gramatical do texto e das informações nele veiculadas, o trecho "relações das forças policiais com a comunidade" (terceiro parágrafo) poderia ser substituído por **relações entre as forças policiais e a comunidade**.

6 C A substituição da forma verbal "busca" (último período do texto) por **busque** alteraria o sentido original do texto, mas não prejudicaria sua correção gramatical.

A manhã desta segunda-feira foi diferente para boa parte dos moradores do Jacintinho, um dos bairros mais populosos de Maceió. O Ronda no Bairro, programa do Governo de Alagoas que combina policiamento de proximidade com ações sociais, promoveu uma série de ações culturais e de cidadania no bairro.

Há pouco mais de um ano atuando no Jacintinho, o Ronda no Bairro já contribui efetivamente para a redução dos índices de violência na região, sempre aliando as ações sociais — como aulas de judô, *tae kwon do*, assistência escolar, música, pintura e desenho — com o policiamento de proximidade, feito por quase cinquenta agentes todos os dias.

"O programa teve início aqui no Jacintinho, sempre conciliando o operacional com o social. Felizmente, com isso, conseguimos contribuir ativamente com a redução dos índices de criminalidade como, por exemplo, no que se refere aos assaltos a coletivos. Em novembro de 2018, chegamos a zerar as ocorrências desse tipo no Jacintinho e isso já é uma grande vitória. O policiamento de proximidade tem feito a diferença na vida das pessoas", conta o capitão subcomandante do Ronda no Bairro.

Internet: <agenciaalagoas.al.gov.br> (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, acerca das ideias e dos aspectos linguísticos do texto precedente.

7 E Depreende-se do texto que a prefeitura de Maceió direcionou no mínimo cinquenta policiais para trabalhar diariamente no programa Ronda no Bairro.

8 E De acordo com a fala do capitão subcomandante apresentada no terceiro parágrafo do texto, os resultados do programa Ronda no Bairro estão limitados à diminuição de ocorrência de crimes de menor potencial ofensivo, como os assaltos a ônibus.

9 ?C A correção gramatical e o sentido do texto seriam preservados caso o "para a redução dos índices de violência na região" (segundo parágrafo) fosse substituído por **para que se reduzisse os índices de violência na região**.

10 C Sem prejuízo da coerência do texto, no trecho 'conciliando o operacional com o social' (terceiro parágrafo), poderia ser inserido o vocábulo **aspecto** antes do termo 'operacional' e antes do termo 'social', escrevendo-se **conciliando o aspecto operacional com o aspecto social**.

11 C O emprego dos termos "combina", "aliando" e 'conciliando' no texto contribui para realçar uma característica essencial do programa Ronda no Bairro: o fato de o programa conjugar policiamento de proximidade com ações sociais.

12 C O sentido do segundo parágrafo do texto seria alterado caso a vírgula empregada imediatamente após "proximidade", em "com o policiamento de proximidade, feito por quase cinquenta agentes todos os dias", embora sua coerência e sua correção fossem mantidas.

13 C No primeiro parágrafo do texto, tanto o trecho "um dos bairros mais populosos de Maceió" quanto o trecho "programa do Governo de Alagoas que combina policiamento de proximidade com ações sociais" fornecem uma explicação a respeito do termo que os antecede.

Digitalizado com CamScanner

Tudo o que vem do povo tem uma lógica, uma razão, uma função. Ele nada faz sem motivo, e o que produz está geralmente ligado ao comportamento do grupo ou a uma norma social ou de cunho psíquico e religioso, um traço que vem de tempos longínquos, lá do fundo de nossas raízes, perdidas na noite dos tempos, quando estávamos em formação. Pastoril, Quilombo, Reisado, Coco-de-Roda, literatura de cordel, festas, tradições, superstições, contos, mitos, lendas não aparecem por acaso. São elementos da memória popular, que engloba sentimentos e reações diante da história e das transformações.

Quais as origens do folclore alagoano, quais os componentes culturais que o forjaram? Théo Brandão, com a autoridade de quem estudou a vida inteira e deixou uma obra irrepreensível sobre o assunto, diz que são muitas as contribuições na formatação do nosso folclore. E que não é fácil nem simples demarcar a que grupo pertence uma de suas variantes ou estabelecer com precisão a fronteira de determinada manifestação folclórica. Afirma que há dúvidas em alguns casos e em outros é inteiramente impossível chegar a uma conclusão única e definitiva. Cita como exemplo concreto dessas incertezas o caso da dança existente em várias unidades nordestinas, que aparece ora como Coco, ora como Pagode, ora como Samba.

Instituto Arnon de Mello. **Alagoas popular**: folguedos e danças de nossa gente. Maceió: IAM, 2013, p. 24 (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, referentes às ideias, aos sentidos e às construções linguísticas do texto apresentado.

14 E A oração iniciada pelo verbo "chegar" exerce, no quarto período do último parágrafo, a função de sujeito.

15 C No primeiro período do segundo parágrafo, a forma pronominal "o" retoma **o folclore alagoano**.

16 C Conclui-se do texto o folclore é uma manifestação marcadamente histórica e contextualizada.

17 C A menção feita a Théo Brandão e a qualificação de sua obra são recursos utilizados para reforçar os argumentos apresentados pelo autor do texto.

18 E Em "Ele nada faz sem motivo", o termo "sem motivo" exerce a função de complemento da forma verbal "faz".

19 E Estaria gramaticalmente correta a substituição de "há" por **existe** em "Afirma que há dúvidas em alguns casos".

20 C A supressão da vírgula empregada logo após "motivo", no segundo período do primeiro parágrafo, preservaria a correção gramatical e os sentidos originais do texto.

A respeito da ética, julgue os itens a seguir.

21 E A ética pode ser entendida como uma escolha embasada em um conjunto de valores pessoais.

22 C O objeto de estudo da ética é o comportamento moral dos homens em sociedade.

23 E No serviço público, a ética é mitigada, já que o servidor deve cumprimento à lei, a qual contempla explicitamente os valores éticos relativos ao assunto de que trata.

24 E O exercício da cidadania por meio da eleição de representantes pelo voto é um direito, mas não um dever, do cidadão.

25 C A ética pode alterar as regras morais enraizadas na sociedade ao discutir princípios e valores morais até então estabelecidos.

A respeito do disposto no Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Alagoas, julgue os itens seguintes.

26 C O decoro e a consciência dos princípios morais devem nortear o servidor público tanto no exercício de cargo quanto fora dele.

27 E A prestação de serviço de natureza excepcional, sem remuneração, a um órgão do Estado afasta a apuração de comprometimento ético.

28 C É vedado ao servidor ligar o seu nome a empreendimento de cunho duvidoso.

29 C O servidor público, quando estiver diante de duas opções legais, deverá escolher a mais condizente com o bom senso.

30 E Nas decisões tomadas pela Comissão de Ética em análise de ato por ela levantado serão omitidos os nomes dos interessados.

À luz da Convenção Americana dos Direitos Humanos, julgue os itens a seguir.

31 E A sujeição do réu à medida restritiva representa exceção à proibição da limitação de sua liberdade de conservar sua religião.

32 C A apologia ao ódio religioso que constitua incitação à hostilidade deve ser vedada por lei.

33 C A pena de reclusão tem por principal finalidade a proteção da sociedade.

34 C Todos os cidadãos devem possuir o direito de participar da direção dos assuntos públicos.

35 C O Estado que abolir a pena de morte não poderá restabelecê-la.

A respeito dos direitos humanos, julgue os itens subsequentes.

36 C A fim de garantir a proteção dos direitos humanos, a Constituição Federal de 1988 proíbe o trabalho noturno aos menores de dezoito anos de idade.

37 C Os direitos humanos são os direitos básicos essenciais à vida.

38 E O Brasil ainda não possui um programa nacional de direitos humanos, com regras estabelecidas, de modo que está obrigado a garantir apenas os direitos expressos na Constituição Federal de 1988.

39 E Os direitos humanos são classificados como universais porque mudam ao longo do tempo em diferentes países.

40 C A Declaração Universal dos Direitos Humanos não cria os direitos humanos, apenas os proclama.

41 E Embora os Estados devam desenvolver mecanismos para garantir que os direitos humanos esses direitos não sejam prejudicados, eles não podem ser responsabilizados por eventual violação desses direitos.

42 C A inserção de regras sobre os direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988 alinhou o Brasil com a comunidade internacional no que se refere ao tratamento desse assunto.

Digitalizado com CamScanner

Julgue os itens a seguir, que tratam de redes de computadores, suas ferramentas e procedimentos.

45 R Denomina-se cabo coaxial, em uma rede de comunicação, o tipo de mídia de comunicação que realiza a conexão entre pontos, é imune a ruídos elétricos e é responsável pela transmissão de dados com capacidade de largura de banda muito maior do que os pares trançados. fibra óptica

44 C A computação na nuvem (*cloud computing*) possibilita que aplicações executadas em servidores isolados sejam também executadas na nuvem (Internet) em um ambiente de larga escala e com o uso "elástico" de recursos.

46 E Rede metropolitana (MAN) é aquela que abrange uma grande área geográfica — com frequência um país ou continente — e contém um conjunto de máquinas cuja finalidade é executar os programas (ou seja, as aplicações) do usuário. WAN

48 C No sítio de buscas do Google, uma pesquisa pela expressão "CIDADE DE MACEIÓ", em letras maiúsculas, ou pela expressão "Cidade de Maceió", em letras minúsculas, retornará ao usuário resultados idênticos. ~~No~~ google não é case sensitive.

Julgue os itens seguintes, relativos a organização de arquivos e suas premissas de segurança.

47 C A grande diferença entre vírus e *worms* está na forma como eles se propagam: o vírus, ao contrário do *worm*, não se propaga por meio da inclusão de cópias de si mesmo em outros programas, mas pela execução direta de uma de suas cópias.

48 C Em se tratando do sistema operacional Windows 10, os nomes de arquivos podem ter até 256 caracteres, desde que não incluam símbolos como os seguintes: ? " / \ < > * | : ".

49 C A heurística é um dos métodos de detecção das ferramentas *antimalware* — como antivírus, *antirootkit* e *antispyware* — que se baseiam nas estruturas, instruções e características que o código malicioso possui para identificá-lo.

50 ? E No Sistema Operacional Windows 10, o nome de um arquivo é criptografado é apresentado no explorador de arquivos na cor verde.

Espaço livre

Digitalizado com CamScanner

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

No que se refere a agentes públicos, julgue os itens a seguir.

51 E As funções públicas podem ser exercidas apenas por agentes públicos aprovados em concurso público.

52 E Às polícias civis incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, administrativas e, ~~eventualmente~~, militares.

Os agentes de polícia do estado de Alagoas, no exercício de sua função, devem comedir a aplicação do uso de força em suas abordagens e ações, buscando agir de maneira adequada, sem extrapolar os limites legais impostos ao exercício do poder que lhes é conferido. Acerca do uso e do abuso de poder, julgue os itens que se seguem.

53 E Ato praticado com abuso de poder somente pode ser invalidado mediante revisão judicial.

54 E Ato praticado de forma abusiva e com finalidade diversa daquela atribuída pela lei é configurado como ~~excesso~~ de poder.

55 C Quando há convalidação da conduta abusiva na esfera administrativa, é exercido o poder de autotutela, em que a própria administração pode reavaliar o mérito do ato administrativo.

56 C O poder disciplinar não abrange as sanções impostas a particulares que não estejam sujeitos à disciplina interna da administração; nesse caso, as medidas punitivas encontram fundamento no poder de polícia.

57 C A discricionariedade é um dos atributos do poder de polícia, mas não se faz presente, por exemplo, na concessão de alvarás de construção e de licenças para dirigir veículos.

A Polícia Civil do Estado de Alagoas verificou a necessidade de realizar licitação para a execução de obras de renovação em seu edifício sede. Nesse caso, o órgão pretende gastar necessariamente cem mil reais.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

58 C A fiscalização ou supervisão dessa obra poderá ser contratada através de empresa com notória especialização na área, mediante processo administrativo por inexigibilidade de licitação.

59 E Nessa situação, a licitação poderá ser dispensada, conforme a lei.

60 E A licitação não poderá sigilosa, sendo públicos e acessíveis todos os atos de seu procedimento desde o início, inclusive o conteúdo das propostas das empresas licitantes, em respeito ao princípio da publicidade.

61 C A contratação pretendida deverá ser precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da administração em obter possíveis propostas adicionais de eventuais interessados.

A respeito da administração pública direta e indireta e da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens seguintes.

62 C A desconcentração administrativa caracteriza-se pela divisão de competências entre órgãos de uma mesma pessoa jurídica de direito público.

63 E Caso a vítima tenha, de alguma forma, concorrido para a ocorrência do evento danoso, a responsabilidade civil do Estado será afastada.

64 ?C A vedação de constituição de empresa pública com finalidade genérica está em consonância com o princípio da especialidade.

Com base nos dispositivos da Constituição Federal de 1988 (CF) acerca dos direitos e das garantias fundamentais e da segurança pública, julgue os itens subsequentes.

65 E Sob pena de configurar ofensa à liberdade, o exercício da manifestação do pensamento fica afastado de apreciação judicial.

66 C A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando, por fundadas razões, justificadas posteriormente, houver indicação de que dentro da residência ocorre situação de flagrante delito.

67 ?E Dado que a autoridade policial tem a obrigação de colher todas as provas que possam influenciar na apuração do fato tido como criminoso, em se tratando de dados armazenados em celular, a sua apreensão prescinde de autorização.

68 C Ao agente que tiver praticado fato criminoso será garantido o privilégio contra a autoincriminação, isto é, o direito de manter-se em silêncio.

69 ?C É vedada a utilização, como prova de crime, de arma de fogo com numeração raspada apreendida durante invasão desautorizada à residência do investigado.

70 E Apenas após processo judicial no qual seja homologada a opção, será considerada brasileira nata a pessoa que, nascida no estrangeiro, seja filha de pai brasileiro ou mãe brasileira que esteja a serviço do Brasil.

71 E Se a autoridade policial deixar de informar à pessoa indicada pelo preso a prisão e o local onde ele se encontra, mas comunicá-los ao juiz competente, estará assegurado o cumprimento da CF.

72 E O exercício do direito de greve por policiais civis somente é aceito pela CF quando comprovadamente não houver prejuízo para a segurança pública.

73 C A repressão do crime de tráfico de entorpecentes que não tenha repercussão internacional é atribuição das polícias estaduais.

74 ?E Considere que um sargento militar, de posse de cartão bancário furtado de um colega, também militar, tenha sacado quantia da conta-corrente deste. Nesse caso, a apuração da conduta do sargento militar será atribuição da polícia civil.

75 C A segurança pública tem como finalidades precípuas preservar a ordem pública e garantir a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

76 E A execução das atividades inerentes à defesa civil, assim como das de preservação da ordem pública, cabe, precipuamente, às polícias militares.

Digitalizado com CamScanner

Em janeiro de 2021, Lucas, com 20 anos de idade e nítida vontade de matar Rafael, adquiriu uma arma de fogo e começou a procurá-lo pela cidade. Na semana anterior ao aniversário de 14 anos de Rafael, Lucas encontrou Rafael enquanto este conversava com uma pessoa e, então, disparou cinco tiros contra a vítima, que veio a óbito trinta dias depois. Posteriormente, em seu interrogatório, Lucas afirmou que havia matado Rafael por este ser enteado de um policial civil que o investigava por outros crimes.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

77 E Ainda que Lucas soubesse a idade de Rafael quando do cometimento do crime, não haverá a incidência da previsão de aumento de pena baseada na idade da vítima, pois, no momento de sua morte, Rafael tinha mais de quatorze anos.

78 E Lucas cometeu crime de homicídio doloso qualificado pela impossibilidade de defesa da vítima e pela relação de parentesco dela com o policial civil que investigava Lucas.

Acerca dos crimes contra a pessoa, julgue os itens que se seguem.

79 E O delito de infanticídio, por ser crime próprio, não admite coautoria e participação, de modo que condições e circunstâncias de caráter pessoal não serão comunicadas aos demais concorrentes.

80 E Não há crime de ameaça quando o agente promete um mal injusto e grave contra pessoas absolutamente indeterminadas.

81 E O crime de ameaça praticado por marido contra a sua esposa é processado por ação penal pública incondicionada, dispensando-se a representação da vítima.

82 C O agente que jogar óleo quente na vítima, com *animus laedendi*, causando, assim, deformidade permanente nela, segundo laudo médico, cometerá crime de lesão corporal gravíssima.

83 E Incorrerá em crime de induzimento ao suicídio majorado o agente que induzir uma pessoa de doze anos de idade a pular de prédio para que ela alcance sua própria morte, ainda que tenha como resultado apenas uma lesão grave.

Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue os itens subsequentes.

84 E O crime de facilitação de descaminho é um crime acessório, exigindo-se, para a sua consumação, a completude do descaminho.

85 C Os advogados dativos, nomeados por juízes para exercerem a defesa técnica em local onde não há Defensoria Pública, podem ser autores de corrupção passiva se solicitarem vantagem indevida para o exercício dessa função.

86 C Para a consumação do crime de peculato-desvio, por ser crime formal, não se exige que o funcionário público ou o terceiro obtenha os recursos desviados, bastando que desvie o bem em proveito próprio ou alheio.

87 E O fato de o agente ser funcionário público ocupante de cargo público de alto escalão não justifica uma maior reprimenda penal pela prática de crime contra a administração pública.

Acerca dos crimes patrimoniais, julgue os itens seguintes.

88 C Comete crime de furto mediante fraude o agente que utiliza de um artifício ou ardil para retirar a vigilância da vítima e conseguir pegar a *res furtiva*.

89 C Não há crime de latrocínio quando a vítima reage ao roubo e mata um dos comparsas do crime.

90 C O agente que, durante uma perseguição policial, tenha subtraído um veículo, sem emprego de ameaça e violência, e, após quatro horas, tenha abandonado o veículo em local diferente de onde foi feita a subtração não terá cometido crime, em razão da atipicidade do furto de uso.

91 E Configura-se o crime permanente de furto de energia elétrica quando o agente instala, no interior da residência, dispositivo para alteração do medidor de energia localizado na parte externa do muro da casa.

A autoridade policial instaurou inquérito policial em virtude de crime de lesões corporais leves cometidos contra mulher no âmbito familiar. O inquérito foi relatado e enviado ao Poder Judiciário.

Considerando essa situação hipotética julgue os itens seguintes.

92 C Se o município onde se deu a instauração do inquérito não for sede de comarca, o delegado poderá determinar o afastamento do agressor do lar.

93 C Por se tratar de ação pública incondicionada, é correto afirmar que a instauração do inquérito policial se deu independentemente de representação da vítima.

94 E Como se trata de crime de menor potencial ofensivo, o delegado de polícia deveria ter lavrado termo circunstanciado.

95 E Ausente a materialidade das lesões e tendo sido concluído pela existência da contravenção de vias de fato, poderia ser aplicada a transação penal nessa situação.

96 E Caso o inquérito policial tenha sido instaurado por auto de prisão em flagrante, é incabível a concessão de fiança.

No que se refere aos princípios constitucionais do processo penal, julgue os itens a seguir.

97 C Fere o princípio constitucional da não culpabilidade a definição de maus antecedentes na aplicação da pena, se feita com base em outros processos criminais em curso.

98 C Condenação baseada em elementos do inquérito policial complementados por provas produzidas em juízo não fere o princípio do contraditório.

99 E O investigado que se atribui falsa identidade perante a autoridade policial age de forma legítima, face ao princípio constitucional da autodefesa.

100 C Se nomeado defensor pelo juiz, a determinação de continuidade do processo de acusado citado por edital não fere o princípio do contraditório.

101 C Ação penal iniciada por denúncia que não contenha a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, fere o princípio da ampla defesa.

Digitalizado com CamScanner

Acerca do inquérito policial, julgue os itens subsequentes.

102 E Em se tratando de crime de ação privada, o inquérito poderá ser instaurado por requisição do Ministério Público. NÃO vítima ou representante legal.

103 E Verificado equívoco na instauração de inquérito para apurar crime de ação privada, deverá o delegado promover seu arquivamento. delegado não pode arquivar IP.

104 C Tratando-se de crime de lesão corporal leve, o inquérito policial só poderá ser iniciado mediante representação da vítima. → é dispensável

105 C O inquérito policial pode ser dispensado com base em elementos colhidos em inquérito civil instaurado para apurar ilícitos administrativos.

106 C Pode a autoridade policial deferir ou indeferir pedido de prova feito pelo indiciado ou pelo ofendido no inquérito. fica a critério da autoridade policial

De acordo com o que dispõe a Lei n.º 5.247/1991 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais), julgue os itens a seguir.

107 E Em razão da sua natureza restritiva, é taxativo o rol de requisitos para ingresso no serviço público, não se admitindo outros critérios específicos em razão da natureza do cargo. → desde que previstos em lei e tenham relação c/ as atribuições do cargo.

108 E A remoção de ofício poderá se dar entre órgãos distintos e de poderes diferentes. ? E

109 C O direito aos adicionais de insalubridade ou periculosidade condiciona-se à continuidade das condições ou riscos que deram causa às suas concessões.

110 C São prerrogativas da administração pública tanto a concessão quanto a interrupção da licença para tratar de interesses particulares.

111 E Considera-se regularmente investido em cargo público aquele que, mesmo não tendo sido empossado, entre em exercício no prazo legal. o investidura se dá com a posse.

Em relação ao disposto na Constituição do Estado de Alagoas, julgue os itens subsequentes.

112 E É finalidade do estado de Alagoas a promoção das condições necessárias para a fixação do homem no campo. ? E

113 E São indelegáveis as atribuições do governador e dos secretários de estado previstas na Constituição Estadual.

114 E Salvo se proposta pelo governador do estado ou pela mesa da assembleia legislativa, o procurador-geral de justiça deverá ser previamente ouvido na ação de inconstitucionalidade. ? E

115 E Os municípios do estado de Alagoas subordinam-se administrativa e financeiramente ao estado.

116 C A lei é indispensável para a criação de cargos, funções e empregos públicos nas administrações direta, autárquica e fundacional do estado. ? C

Em relação ao contido na Lei n.º 3.437/1975 (Estatuto da Polícia Civil do Estado de Alagoas), julgue os itens que se seguem.

117 E O Conselho Superior de Polícia é órgão consultivo e opinativo para assuntos de polícia em geral, não dispondo de poderes normativos. ? E

118 C É permitido ao membro da polícia judiciária, observados os requisitos legais, o exercício da atividade de magistério.

119 C Embora a Polícia Civil de Alagoas não possua um caráter militar, a precedência hierárquica é preceito observado na corporação.

120 E É vedada a concessão de gratificação pela prestação de serviço extraordinário ao funcionário policial.

Espaço livre

Digitalizado com CamScanner

-- PROVA DISCURSIVA --

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **20,00 pontos**, dos quais até **1,00 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

A violência doméstica é um fenômeno de extrema gravidade, que impede o pleno desenvolvimento social e coloca em risco mais da metade da população brasileira — as 103,8 milhões de brasileiras contabilizadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o Mapa da Violência 2012: homicídios de mulheres no Brasil (CEBELA/FLACSO, 2012), duas em cada três pessoas atendidas no Sistema Único de Saúde (SUS) em razão de violência doméstica ou sexual são mulheres; em 51,6% dos atendimentos, foi registrada reincidência no exercício da violência contra a mulher. O SUS atendeu mais de 70 mil mulheres vítimas de violência em 2011 — 71,8% dos casos ocorreram no ambiente doméstico.

Não à toa, a pesquisa Violência e Assassinatos de Mulheres (Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013) revelou significativa preocupação com a violência doméstica: para 70% da população, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil. Os dados dessa pesquisa revelam, ainda, que o problema está presente no cotidiano da maior parte dos brasileiros: entre os entrevistados de ambos os sexos e de todas as classes sociais, 54% conhecem uma mulher que já foi agredida por um parceiro e 56% conhecem um homem que já agrediu uma parceira.

Dossiê violência contra as mulheres. Internet: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br> (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto anterior tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

A Polícia Civil e o Combate à Violência Doméstica

Em seu texto, atenda ao que se pede a seguir.

1 Conceitue violência doméstica, apresentando exemplos e possíveis causas sociais e(ou) culturais desse tipo de violência. [**valor: 8,00 pontos**]

2 Relacione a atuação da polícia civil ao enfrentamento desse tipo de violência. [**valor: 7,00 pontos**]

3 Sugira um exemplo de ação que poderia ser promovida para melhorar a atuação da polícia civil em contexto de violência doméstica. [**valor: 4,00 pontos**]

Digitalizado com CamScanner

Número de inscrição: 10054515

Sala: 60716

Sequencial: 022 / 42

Local de realização da(s) prova(s): Maceió/AL

Cargo 1: Agente de Polícia

Frase:

Para ver muita coisa é preciso despregar os olhos de si mesmo.

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL: 2021

POLÍCIA CIVIL AL

TURNO: TARDE

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1 **Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua Folha de Respostas e na sua Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva).** Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.

2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.

3 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição do texto definitivo da prova discursiva.

4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da **Folha de Respostas** e à transcrição do texto da prova discursiva para a **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**.

5 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e a sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** e deixe o local de provas.

6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a folha que contém os documentos **Folha de Respostas** e **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.

7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na **Folha de Respostas** ou na **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais: 0(XX) 61 3448-0100 | sac@cebraspe.org.br | www.cebraspe.org.br

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

Digitalizado com CamScanner